

NOVO ATRASO no pacote da saúde

21 MAR 2003

RELATÓRIO DO PROJETO QUE VISA SOLUCIONAR A CRISE DO SISTEMA MÉDICO-HOSPITALAR NÃO FICA PRONTO E DEIXA DE SER VOTADO NA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA CÂMARA

Ângela Oliveira

A pesar do pedido de votação em regime de urgência urgentíssima por parte do Governo do DF, a tramitação do projeto que trata do Plano Emergencial de Saúde, encaminhado à Câmara Legislativa no final de fevereiro, continua emperrado. Um erro na distribuição da matéria nas comissões, corrigido somente esta semana, depois de a tramitação estar adiantada, já havia atrasado o encaminhamento do projeto ao plenário.

Ontem, o relatório que seria apreciado na reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) não foi concluído. Assim, a tramitação sofreu novo atraso. Como o relatório não ficou pronto para ser votado ontem, o presidente da CAS, deputado Jorge Cahuy (PFL), convocou para a próxima segunda-feira uma nova reunião. Por ter iniciado a tramitação de forma que contrariaria o Regimento Interno, o projeto foi redistribuído.

Pelo regimento atual, o projeto deveria iniciar a tramitação pela Comissão de Educação e Saúde (CES), que trata do mérito, e só depois seguir para as outras comissões, a de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF), a de Constituição e Justiça (CCJ), além da CAS. A comissão de mérito trata especificamente do teor do projeto. Por

exemplo, se o projeto trata de Meio Ambiente, será apreciado, em primeiro lugar, pela comissão que trata desse assunto.

Na verdade, a primeira distribuição do projeto, já estava antecipando uma das propostas dos parlamentares de iniciar a tramitação pela CCJ, que avalia a admissibilidade da matéria. No entanto, essa medida ainda não foi aprovada pela Câmara. Começando a tramitar pela CCJ, os parlamentares poupariam tempo. É que a CCJ tem a função de analisar a constitucionalidade dos projetos. Se a tramitação iniciar por ela, evitaria que matérias inconstitucionais tramitassem por outras comissões, para depois serem rejeitados e arquivados pela CCJ.

Com o erro na distribuição, e devido ao fato de o projeto ter recebido emendas na CES, terá que retornar à CEOF e à CAS. A previsão dos deputados é que a matéria só será votada no plenário da Câmara na próxima semana.

Mesmo com atraso da tramitação os deputados da base governistas demonstram tranquilidade com relação ao encaminhamento do projeto para votação no plenário. Eles alegam que não adianta correria, já que o projeto não seria mesmo votado nesta semana, já que a pauta de votação até ontem continuava desestruturada por causa dos vetos que aguardavam apreciação.



Cahuy convocou a CAS para votar relatório do projeto na segunda-feira